

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 27 de abril de 2011.

Edição nº 673

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos	2
Editais.....	3
Boletins.....	3
Avisos.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	4
Avisos de licitações.....	4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	4
---------------	---



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 26/2011

Dispõe sobre eleição para o Conselho Superior do Ministério Público, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 11 e 12 da Lei nº 7.669, de 17 de junho 1982 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, com a redação dada pelas Leis nºs 11.168/98, 11.734/2002, 12.497/2006 e 12.796/2007,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º Fica designado o dia 17 de junho de 2011, no período compreendido entre 9h (nove horas) e 15h (quinze horas), no hall do Auditório "Mondercil Paulo de Moraes", sito na Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 80, 3º andar, nesta Capital, para eleição de 05 (cinco) Procuradores de Justiça como titulares, e 05 (cinco) como suplentes, a serem escolhidos pelos membros do Ministério Público em atividade, para mandato de dois anos, para composição do Conselho Superior do Ministério Público gestão 2011/2013.

Art. 2º São inelegíveis para compor o Conselho Superior do Ministério Público:

I - o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público, membros natos (art. 11, "caput", da Lei nº 7.669/82);

II - os quatro membros titulares do Conselho Superior eleitos pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores e os atuais cinco membros titulares do Conselho Superior do Ministério Público eleitos pela classe (art. 11, § 3º, da Lei nº 7.669/82);

III - os membros que estiverem no exercício de mandato no Conselho Nacional do Ministério Público e no Conselho Nacional de Justiça (art. 11, § 6º, inciso I, da Lei nº 7.669/82);

IV - os membros que estiverem no exercício de função de confiança (art. 11, § 6º, inciso II, da Lei nº 7.669/82);

V - o membro que estiver no exercício da função de Ouvidor do Ministério Público (art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei nº 12.473/2006);

VI - os que se encontram nas situações de afastamento do cargo previstas nos incisos I, II e III do artigo 46 da Lei nº 6.536, de 31 de janeiro de 1973 - Estatuto do Ministério Público.

Art. 3º Os Procuradores de Justiça interessados em concorrer à eleição deverão apresentar manifestação, por escrito, encaminhada à Secretaria dos Órgãos Colegiados, na Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 80, 8º andar - Torre Norte, até o dia 26 (vinte e seis) de maio do corrente ano.

Art. 4º Todos os membros do Ministério Público são eleitores, exceto:

I - os Procuradores de Justiça que já votaram, pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores, para a escolha de quatro membros titulares e quatro suplentes do Conselho Superior do Ministério Público gestão 2010/2012, em sessão ordinária realizada em 30 de junho do ano de 2010.

II - os membros do Ministério Público em situação prevista no inciso VI do artigo anterior.

Art. 5º Os Promotores de Justiça do interior do Estado ficam autorizados a se deslocarem para Porto Alegre, a fim de participarem da eleição, sem ônus para os cofres públicos e sem prejuízo de suas funções.

Art. 6º A Mesa Receptora dos votos será formada pelos dois Promotores de Justiça de entrância final mais antigos na carreira.

Art. 7º O voto será dado em cédula única, onde constarão os nomes dos Procuradores de Justiça elegíveis precedidos de um quadrilátero e seguidos do respectivo código de barras, marcando-se com um "x" os cinco nomes escolhidos.

Parágrafo único. As cédulas não poderão apresentar qualquer sinal ou elemento capaz de identificar o eleitor, sob pena de nulidade.

Art. 8º Será admitido o voto por via postal ou via protocolo na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada na Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 80.

§ 1º Nas modalidades de voto mencionadas no "caput", a cédula deverá ser colocada em envelope pequeno, que será colocado em outro envelope maior, o qual será lacrado, constando, no anverso, a palavra "VOTO" e no verso, o nome do eleitor.

§ 2º Os envelopes mencionados no parágrafo 1º, bem como a cédula serão enviados pela Secretaria dos Órgãos Colegiados juntamente com o "material de votação".

§ 3º Os votos deverão ser endereçados à Secretaria dos Órgãos Colegiados, na Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 80, 8º andar - Torre Norte - Bairro Praia de Belas - CEP 90050-190.

§ 4º Só terão validade os votos que chegarem à Procuradoria-Geral de Justiça até as 15h (quinze horas) do dia 17 (dezessete) de junho do corrente ano.

§ 5º Não será admitido o voto por procuração, ou por portador.

Art. 9º Após encerrada a votação, o Presidente da Mesa Receptora colocará na urna os votos recebidos por via postal e por via malote, inutilizadas as sobrecartas maiores.

Art. 10 Em seguida, a Comissão Apuradora, formada pelos Promotores de Justiça que compuseram a Mesa Receptora, sob a presidência do Procurador-Geral de Justiça, procederá ao escrutínio dos votos em sistema informatizado de apuração, que poderá ser disponibilizado em tempo real na "Intranet" do Ministério Público.

Art. 11 Serão considerados eleitos os Procuradores de Justiça mais votados.

Parágrafo único. Havendo igualdade de votos entre dois ou mais Procuradores de Justiça elegíveis, o desempate se dará pela antiguidade na carreira.

Art. 12 O Procurador-Geral de Justiça proclamará os eleitos, após conhecido o resultado da apuração, lavrando-se, a seguir, a ata.

Art. 13 Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de abril de 2011.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça, Chefe de Gabinete.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 27 de abril de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 673

EDITAL Nº 122/2011 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre indeferiu a instauração de Inquérito Civil acerca de eventuais irregularidades na Secretaria Municipal de Saúde, consistente no descumprimento de carga horária por servidores, no expediente RD.00829.00111/2011, em que requerente pessoa anônima.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de abril de 2011.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

BOLETIM Nº 202/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a Portaria n.º 1267/2009 que designou a Procuradora de Justiça, Dra. JUANITA RODRIGUES TERMIGNONI, ID n.º 3424936, para atuar junto a qualquer órgão jurisdicional de 2º grau e Tribunais Superiores, até ulterior deliberação (Port. 0948/2011).

DESIGNAR

- a contar de 26 de abril de 2011, até ulterior deliberação, o servidor ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES, para exercer a Função Gratificada de Diretor-Geral, FGE-12 (2,5), acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, nos termos previstos na Lei n.º 11.849/02 (Port. 1021/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de abril de 2011.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

AVISO Nº 27/2011

Cientifico que, o Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS EFETUADAS PELA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA				
Processo	Termo de Baixa de Patrimônio	Entidade Donatária	Objeto	Fundamento Legal
916-0900/11-9	1438	Prefeitura Municipal de Passo Fundo – Conselho Tutelar Microrregião II	Mobiliário	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
901-0900/11-3	1446	Sociedade de Auxílio à Maternidade e a Infância de Passo Fundo	Mobiliário	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
902-0900/11-6	1451	Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas de Passo Fundo	Mobiliário	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
910-0900/11-2	1430	Escola de Educação Infantil Notre Dame Santa Isabel de Passo Fundo	Mobiliário	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
911-0900/11-5	1433	Polícia Civil – DEPREC – Passo Fundo	Mobiliário	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de abril de 2011.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,

Subdiretor-Geral.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 203/2011

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 30/03/2011, no cargo de Técnico Superior de Informática, Classe "R", PAOLA CRISTINA GELATTI, tendo entrado em exercício em 26/04/2011.

- habilitado para tomar posse, a contar de 25/04/2011, no cargo em comissão de Coordenador Administrativo, CC-10, UMBERTO GUARISE SILVA, tendo entrado em exercício em 26/04/2011.

- habilitado para tomar posse, a contar de 06/04/2011, no cargo de Agente Administrativo, Classe "M", MATHEUS MUNOZ FAEDO, tendo entrado em exercício em 26/04/2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de abril de 2011.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
Subdiretor-Geral.

Aviso de abertura de licitação

Convite n.º 22/2011 (Processo n.º 001301-09.00/11-1) Tipo menor preço global. **Objeto:** elaboração de projetos de fundações e de estruturas metálicas para estacionamentos em 10 (dez) obras a serem realizadas no Interior do Estado, ao longo do corrente ano, conforme Convite e seus Anexos. **Data e horário de abertura: 06/05/2011, às 16 (dezesseis) horas.**

Local: Rua General Andrade Neves, 106, 17.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Editais:** <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/convite>. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei n.º 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 26 de abril de 2011.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 04/2011 - CAO

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do

Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação:

PROMOTORIA DE AGUDO

1) **Inquérito Civil nº 005/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro Loureiro Marones da Promotoria de Justiça de Agudo com a finalidade de apurar eventuais irregularidades no abastecimento de água, tendo como investigado Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN.

PROMOTORIA DE BENTO GONÇALVES

1) **Inquérito Civil nº 007/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves com a finalidade de apurar supostas irregularidades na comercialização de produtos de origem animal, sem procedência e/ou inspeção sanitária, tendo como investigado Mercado Seguetto.

PROMOTORIA DE CAMAQUÃ

1) **Peça de Informação nº 014/2011**, instaurada pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin da Promotoria de Justiça de Camaquã com a finalidade de apurar possível prática abusiva da Estação Rodoviária de Camaquã por recusa de fornecimento antecipado de passagens a idosos, tendo como investigado Pedro Peters Filho & Cia. Ltda – Rodoviária de Camaquã.

PROMOTORIA DE CAPÃO DA CANOA

1) **Inquérito Civil nº 046/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa com a finalidade de apurar supostas irregularidades no funcionamento da Tenda Girassol, localizada na RS 389, Km 24, no Município de Xangri-Lá, de responsabilidade do Sr. Varlei Selau Rodrigues, tendo como investigado Tenda Girassol.

PROMOTORIA DE CARLOS BARBOSA

1) **Inquérito Civil nº 007/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Barbosa Fernandes da Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa com a finalidade de apurar possíveis irregularidades nos valores e respectiva forma de reajuste dos planos de saúde individuais e familiares, tendo como investigado Sociedade Bartholomeu Tacchini.

PROMOTORIA DE CAXIAS DO SUL

1) **Inquérito Civil nº 246/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul com a finalidade de apurar eventuais danos aos consumidores pela comercialização de produto cujo peso real não confere com o descrito na embalagem, tendo como investigado Disca Peixe.

PROMOTORIA DE ESTÂNCIA VELHA

1) **Inquérito Civil nº 002/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Michael Schneider Flach da Promotoria de Justiça de Estância Velha com a finalidade de apurar suposta venda de produtos clandestinos: saneantes, de higiene e cosméticos, sem possuir Alvará de Saúde e sem registro na ANVISA, tendo como investigado Roberto Marcos de Souza ME (ASSISTEC).

PROMOTORIA DE GUARANI DAS MISSÕES

1) **Peça de Informação nº 008/2011**, instaurada pelo Promotor de Justiça Gustavo Fava Ferrari da Promotoria de Justiça



de Guarani das Missões com a finalidade de apurar regularidade no fornecimento de água aos usuários, tendo por investigado o Município de Guarani das Missões e a CORSAN;

2) Peça de Informação nº 009/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Gustavo Fava Ferrari da Promotoria de Justiça de Guarani das Missões com a finalidade de apurar possível ineficiência do serviço de carros de aluguel (táxi), no Município, tendo por investigado o Município de Guarani das Missões;

3) Peça de Informação nº 010/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Gustavo Fava Ferrari da Promotoria de Justiça de Guarani das Missões com a finalidade de apurar ineficácia na prestação do serviço de energia elétrica, tendo por investigada RGE – Rio Grande Energia S/A e local Linha Bom Azilo e Linha Concórdia, Município de Guarani das Missões/RS.

PROMOTORIA DE GRAVATAÍ

1) Inquérito Civil nº 003/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini da Promotoria de Justiça de Gravataí com a finalidade de apurar possíveis irregularidades em bolsas de estudo, tendo como investigado ULBRA Gravataí.

PROMOTORIA DE MONTENEGRO

1) Inquérito Civil nº 025/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto da Promotoria de Justiça de Montenegro com a finalidade de apurar eventual deficiência no serviço de fornecimento de energia elétrica na localidade de Linha Comprida (Município de Salvador do Sul e Maratá), tendo como investigado AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S/A.

PROMOTORIA DE OSÓRIO

1) Inquérito Civil nº 005/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Della Méa Corrales da Promotoria de Justiça de Osório com a finalidade de apurar suposta comercialização de produtos de origem animal sem a devida inspeção sanitária, em prejuízo à saúde pública e aos consumidores em geral, tendo como investigado Felipe Marques Agliardi.

PROMOTORIA DE PLANALTO

1) Inquérito Civil nº 014/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Denise Sassen Girardi de Castro da Promotoria de Justiça de Planalto com a finalidade de apurar eventual lesão aos interesses coletivos dos consumidores decorrentes do abate e comércio irregular de carnes, tendo como investigados Açougue Martini Ltda. e Matadouro Martini.

PROMOTORIA DE PORTO ALEGRE

1) Peça de Informação nº 066/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível deficiência na prestação de serviço pela superlotação da linha, tendo como investigada Linha de ônibus 267-2;

2) Inquérito Civil nº 067/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual vício de qualidade em produto (couve), tendo como investigado Miyuri Michita;

3) Inquérito Civil nº 068/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposto vício de qualidade em produto (couve), tendo como investigado o produtor Emerson Ramos Machado (Gravataí/RS);

4) Inquérito Civil nº 069/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva referente à não entrega de produto adquirido pela internet, tendo como investigado Ricardo Eletro;

5) Inquérito Civil nº 070/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual oferta enganosa de serviços educacionais, tendo como investigadas Escola Exxatus São Gabriel (Rede TC), Escola Técnica Dimensão (Guaíba/RS) e Escola de Educação Profissional Dimensão (Pelotas/RS);

6) Inquérito Civil nº 074/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta prática comercial abusiva pelo fato de reter cópia da habilitação e cartão de crédito, tendo como investigado Pontual Auto Locadora;

7) Inquérito Civil nº 075/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível deficiência na qualidade do serviço de atendimento ao consumidor, tendo como investigada Americanas.com;

8) Inquérito Civil nº 076/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva – disponibilização de rolos de etiquetas para colagem nos produtos, tendo como investigados Sadia S.A, BRF Brasil Foods S.A. (Perdigão) e Excelsior Alimentos S.A.;

9) Inquérito Civil nº 077/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta prática comercial abusiva – disponibilização de rolos de etiquetas para colagem nos produtos, tendo como investigada Cooperativa Santa Clara;

10) Inquérito Civil nº 078/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva – disponibilização de rolos de etiquetas para colagem nos produtos, tendo como investigado Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda. (Dalia);

11) Inquérito Civil nº 079/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva – disponibilização de rolos de etiquetas para colagem nos produtos, tendo como investigada Marfrig Alimentos S.A. (Mabella);

12) Inquérito Civil nº 080/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta prática comercial abusiva – disponibilização de rolos de etiquetas para colagem nos produtos, tendo como investigada Frimesa Cooperativa Central;

13) Inquérito Civil nº 081/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta prática comercial



abusiva – disponibilização de rolos de etiquetas para colagem nos produtos, tendo como investigado Polenghi Indústrias Alimentícias Ltda.;

14) Inquérito Civil nº 082/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva – disponibilização de rolos de etiquetas para colagem nos produtos, tendo como investigada Indústria e Comércio de Laticínios Fortuna Ltda.;

15) Inquérito Civil nº 083/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva – disponibilização de rolos de etiquetas para colagem nos produtos, tendo como investigada Lebon (Grupo Doux);

16) Inquérito Civil nº 084/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta prática comercial abusiva – disponibilização de rolos de etiquetas para colagem nos produtos, tendo como investigado Coop Regional Sananduva de Carnes e Derivados Ltda. (Majestade);

17) Peça de Informação nº 085/2011, instaurada pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva referente ao procedimento para troca de mercadorias, tendo como investigada Companhia Zaffari Comércio e Indústria;

18) Inquérito Civil nº 086/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual comercialização de produto (fertilizante) com vício de qualidade, tendo como investigada Bunge Fertilizantes S.A.;

19) Inquérito Civil nº 087/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta comercialização de produto (fertilizante) com vício de qualidade, tendo como investigada Mosaic Fertilizantes do Brasil S.A.;

20) Inquérito Civil nº 088/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível comercialização de produto (fertilizante) com vício de qualidade, tendo como investigada Yara Brasil Fertilizantes S/A.;

21) Inquérito Civil nº 089/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prestação ineficiente de serviço de transporte coletivo, tendo como investigada Conorte (linhas de ônibus D73 e B25);

22) Inquérito Civil nº 090/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta deficiência de oferta e de informação aos consumidores - não entrega de produto comprado pelo site da empresa, tendo como investigado www.carrefour.com.br;

23) Inquérito Civil nº 092/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível comercialização de produtos hortigranjeiros com índices e/ou presença de agrotó-

xicos em desacordo com as normas legais, tendo como investigado Supermercado Bird S/A.;

24) Inquérito Civil nº 093/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual comercialização de produtos hortigranjeiros com índices e/ou presença de agrotóxicos em desacordo com as normas legais, tendo como investigado Carrefour Comércio e Indústria Ltda.;

25) Inquérito Civil nº 094/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível comercialização de produtos hortigranjeiros com índices e/ou presença de agrotóxicos em desacordo com as normas legais, tendo como investigado Cia Zaffari Com. Ltda.;

26) Inquérito Civil nº 095/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta comercialização de produtos hortigranjeiros com índices e/ou presença de agrotóxicos em desacordo com as normas legais, tendo como investigado Makro Atacadista S/A.;

27) Inquérito Civil nº 096/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta comercialização de produtos hortigranjeiros com índices e/ou presença de agrotóxicos em desacordo com as normas legais, tendo como investigado Supermercado Genials Ltda.;

28) Inquérito Civil nº 097/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual comercialização de produtos hortigranjeiros com índices e/ou presença de agrotóxicos em desacordo com as normas legais, tendo como investigado WMS Supermercados do Brasil Ltda.;

29) Inquérito Civil nº 098/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível oferta enganosa da modalidade de acesso à Internet 3G, tendo como investigada VIVO S/A.;

30) Inquérito Civil nº 099/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta prática de fornecimento de seguro sem a solicitação do consumidor, tendo como investigado guarida imóveis;

31) Inquérito Civil nº 100/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual falta de condições de higiene nos veículos para o litoral, tendo como investigado Unesul;

32) Inquérito Civil nº 101/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível transporte e manipulação de carne bovina sem autorização e inspeção sanitária, tendo como investigado Lindomar Goulart Ferraz;

33) Inquérito Civil nº 103/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual vício de qualidade em produto (laranja), tendo como investigado Comércio de Laranjas Vale do Caí;



34) Inquérito Civil nº 104/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta deficiência de informações aos consumidores, tendo como investigada Phillips;

35) Inquérito Civil nº 105/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva e/ou deficiência de informações ao consumidor, tendo como investigada Multisom;

36) Inquérito Civil nº 106/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva consistente na cobrança de serviço não solicitado, tendo como investigado Universo online S/A – UOL;

37) Inquérito Civil nº 107/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviços e no atendimento ao consumidor, tendo como investigada CEEE;

38) Inquérito Civil nº 110/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta oferta enganosa no oferecimento de seguro grátis, tendo como investigado Volkswagen;

39) Peça de Informação nº 111/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível reclamação sobre cobrança de taxa de água na vila Vitória da Conquista (área ocupada em processo de regularização), sendo que no local o DMAE não lançou rede de abastecimento, tendo como investigado DMAE;

40) Peça de Informação nº 112/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar informação de que consumidor não consegue utilizar as milhas acumuladas, pois a empresa informa que não há disponibilidade, tendo como investigado Gol Linhas Aéreas;

41) Inquérito Civil nº 113/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual publicidade enganosa em relação ao “Programa de Olho no Combustível”, tendo como investigado BR Distribuidora;

42) Peça de Informação nº 114/2011, instaurada pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar os procedimentos tomados pela Brigada Militar nos jogos de futebol;

43) Inquérito Civil nº 116/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível comercialização de imóveis com deficiência de informações quanto à poluição sonora existente na área respectiva, próxima à fonte ruidosa da ALL Logística, no Bairro Humaitá, nesta Capital, tendo como investigada Rossi Residencial S.A.;

44) Peça de Informação nº 117/2011, instaurada pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta cobrança de “Taxa de Porte” no DOC dos inquilinos, tendo como investigada Imobiliária Crédito Real.

PROMOTORIA DE RIO GRANDE

1) Inquérito Civil nº 148/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de apurar eventual dano ao consumidor decorrente da publicação de produtos que não estão disponíveis no hipermercado, tendo como investigado Hipermercado BIG;

2) Inquérito Civil nº 202/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de apurar possível dano ao consumidor decorrente da cobrança de taxa para o abono das faltas, tendo como investigada Faculdade Anhanguera.

PROMOTORIA DE ROSÁRIO DO SUL

1) Peça de Informação nº 005/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Octavio Cordeiro Noronha da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul com a finalidade de apurar suposta existência de nepotismo, de falhas no atendimento à população e de desatendimento à Resolução nº 1.638/2002 do Conselho Federal de Medicina no âmbito do Hospital de Caridade Nossa Senhora Auxiliadora de Rosário do Sul, tendo como investigado Hospital Nossa Senhora Auxiliadora.

PROMOTORIA DE SALTO DO JACUÍ

1) Inquérito Civil nº 004/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia da Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí com a finalidade de apurar possível falta de abastecimento de água potável aos moradores da Localidade de Rincão do Avaí, tendo como investigado Município de Salto do Jacuí.

PROMOTORIA DE SANTA CRUZ DO SUL

1) Inquérito Civil nº 025/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul com a finalidade de apurar suposta irregularidade no funcionamento do Frigorífico Cortes, tendo como investigado Enildo Rosa Cortes.

PROMOTORIA DE SANTA MARIA

1) Inquérito Civil nº 016/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro da Promotoria de Justiça de Santa Maria com a finalidade de apurar eventual denúncia de que o Supermercado Peruzzo estaria induzindo os consumidores ao erro;

2) Inquérito Civil nº 017/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro da Promotoria de Justiça de Santa Maria com a finalidade de apurar suposta denúncia de que o Supermercado Carrefour estaria induzindo o consumidor ao erro.

PROMOTORIA DE SANTO ÂNGELO

1) Inquérito Civil nº 028/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo com a finalidade de apurar regularidade das atividades desenvolvidas pelo estabelecimento comercial denominado Panificadora Cia do Pão.



PROMOTORIA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

1) **Inquérito Civil nº 008/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barbará Dias da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis com a finalidade de apurar possíveis falhas no oferecimento e prestação do referido serviço, ocasionando danos a diversos consumidores, tendo como investigado empresa Brasil Telecom (OI);

2) **Inquérito Civil nº 013/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barbará Dias da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis com a finalidade de apurar a aplicação da lei 12.291/2010, que determina que os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços são obrigados a manter, em local visível e de fácil acesso ao público um exemplar do Código de Defesa do Consumidor, tendo como investigado Câmara de Dirigentes Lojistas de São Francisco de Assis;

3) **Inquérito Civil nº 014/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barbará Dias da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis com a finalidade de apurar a aplicação da Lei 12.291/2010 acerca da disponibilização de exemplar de código de defesa do consumidor em estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços, tendo como investigado Câmara de Dirigentes Lojistas de Manoel Viana.

PROMOTORIA DE SÃO LEOPOLDO

1) **Inquérito Civil nº 034/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias da Promotoria de Justiça de São Leopoldo com a finalidade de apurar suposta cobrança da taxa de expediente para abertura de protocolo com sugestões do município para melhorias no trânsito/transporte pelo Município de São Leopoldo, tendo como investigado Município de São Leopoldo.

PROMOTORIA DE SEBERI

1) **Inquérito Civil nº 009/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Rodrigo Berger Sander da Promotoria de Justiça de Seberi com a finalidade de apurar eventual exercício ilegal da medicina, consistente na prescrição de lentes de grau por optometrista, sem laudo médico, tendo como investigado Rogério Diniz Lima.

PROMOTORIA DE URUGUAIANA

1) **Inquérito Civil nº 015/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça Renata Pinto Lucena da Promotoria de Justiça de Uruguaiiana com a finalidade de apurar possíveis irregularidades apontadas pelo CREF2/RS no que tange às atividades físicas, desportivas e similares, em Uruguaiiana, tendo como investigado Academia Elegance;

2) **Inquérito Civil nº 016/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça Renata Pinto Lucena da Promotoria de Justiça de Uruguaiiana com a finalidade de apurar supostas irregularidades apontadas pelo CREF2/RS no que tange às atividades físicas, desportivas e similares, tendo como investigado Sá Viana Futebol Clube;

3) **Inquérito Civil nº 017/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça Renata Pinto Lucena da Promotoria de Justiça de Uruguaiiana com a finalidade de apurar eventuais irregularidades apontadas pelo CREF2/RS no que tange às atividades físicas, desportivas e similares, tendo como investigado Ultra Fitness;

4) **Inquérito Civil nº 018/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça Renata Pinto Lucena da Promotoria de Justiça de Uruguaiiana com a finalidade de apurar possíveis irregularidades apontadas pelo CREF2/RS no que tange às atividades físicas, desportivas e similares, tendo como investigado Academia Korpaço;

5) **Inquérito Civil nº 019/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça Renata Pinto Lucena da Promotoria de Justiça de Uruguaiiana com a finalidade de apurar supostas irregularidades apontadas pelo CREF2/RS no que tange às atividades físicas, desportivas e similares, tendo como investigado Estúdio Pilates Maria Izabel;

6) **Inquérito Civil nº 020/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça Renata Pinto Lucena da Promotoria de Justiça de Uruguaiiana com a finalidade de apurar eventuais irregularidades apontadas pelo CREF2/RS no que tange às atividades físicas, desportivas e similares, tendo como investigado Athlé-tica Academia;

7) **Inquérito Civil nº 020/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça Renata Pinto Lucena da Promotoria de Justiça de Uruguaiiana com a finalidade de apurar possíveis irregularidades apontadas pelo CREF2/RS no que tange às atividades físicas, desportivas e similares, tendo como investigado Escolinha de Futsal Bola Brasil;

8) **Inquérito Civil nº 022/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça Renata Pinto Lucena da Promotoria de Justiça de Uruguaiiana com a finalidade de apurar possíveis irregularidades apontadas pelo CREF2/RS no que tange às atividades físicas, desportivas e similares, tendo como investigado Gera Ação Academia;

9) **Inquérito Civil nº 023/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça Renata Pinto Lucena da Promotoria de Justiça de Uruguaiiana com a finalidade de apurar possíveis irregularidades apontadas pelo CREF2/RS no que tange às atividades físicas, desportivas e similares, tendo como investigado Corpus Academia;

10) **Inquérito Civil nº 024/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça Renata Pinto Lucena da Promotoria de Justiça de Uruguaiiana com a finalidade de apurar possíveis irregularidades apontadas pelo CREF2/RS no que tange às atividades físicas, desportivas e similares, tendo como investigado Universo do Corpo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de abril de 2011.

TÊMIS LIMBERGER,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.